



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

RICARDO SILVA DO CARMO

ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DESAFIOS E
LIMITAÇÕES: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUSTAVO PINHEIRO
TORRES, UMARI-CE

CAJAZEIRAS – PB

2023

RICARDO SILVA DO CARMO

**ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DESAFIOS E
LIMITAÇÕES: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUSTAVO PINHEIRO
TORRES, UMARI-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras com a finalidade de obtenção do título de Graduado no referido curso.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves

**CAJAZEIRAS – PB
2023**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

C287e Carmo, Ricardo Silva do.
Ensino de Geografia e Educação Inclusiva, desafios e limitações: caso da Escola Municipal José Gustavo Pinheiro Torres, Umari-CE / Ricardo Silva do Carmo. – Cajazeiras, 2023.
41f. : il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2023.

1. Educação Inclusiva. 2. Materialização. 3. Ensino de Geografia.
I. Alves, Cícera Cecília Esmeraldo. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 376

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

RICARDO SILVA DO CARMO

**ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DESAFIOS E
LIMITAÇÕES: O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUSTAVO PINHEIRO
TORRES, UMARI-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Geografia, pelo Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Orientador: Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves

Aprovado em: 19 / 06 / 2023

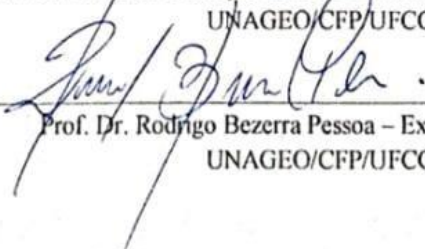
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – Orientadora
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – Examinador Interno
UNAGEO/CFP/UFCG



Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa – Examinador Interno
UNAGEO/CFP/UFCG

CAJAZEIRAS-PB
2023

Dedico este trabalho ao meu pai Francisco Mariano do Carmo, uma das pessoas mais importantes de minha vida, que mesmo não estando entre nós, sei que de algum lugar está na torcida por mim. Seu amor impulsionou minha perseverança para vencer as barreiras impostas durante a jornada acadêmica, em que muitas vezes busquei forças onde já não existia para enfrentar as dificuldades, desafios, que a cada semestre apresentava-se. Portanto, é motivo de grande alegria chegar neste momento, concretizando uma etapa importante rumo à realização de um sonho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter me concedido forças para vencer as adversidades que me foram impostas, e por tantas conquistas que ele tem proporcionado a mim.

A minha esposa Raniely Laurentino de Souza Carmo, que sempre esteve ao meu lado incentivando nos melhores e piores momentos dessa jornada, sem medir esforços para me ajudar.

A senhora Antônia Gomes da Silva, minha mãe que sempre me deu apoio em cada passo da minha vida, além de todos os ensinamentos e bons princípios.

A Professora, Orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, por todo apoio e paciência, e por todo conhecimento construído nas orientações.

Aos meus colegas de curso, Renildo Guedes, Matheus Cavalcanti, Everton Queiroz e Fábio Bento, verdadeiros irmãos que a universidade me deu, estiveram sempre me ajudando nos momentos mais difíceis do curso.

A todos os professores do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que muito contribuíram na minha formação.

Aos membros examinadores da banca de defesa de TCC. Prof. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão, e o Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa.

RESUMO

Sabemos que nos dias atuais é de fundamental importância à inclusão de pessoas com deficiência e limitações no cotidiano escolar, garantido condições para seu acesso, permanência e participação na construção do conhecimento, tendo em vista que é um público que tem crescido sem precedentes. Muito embora, vemos grandes dificuldades na materialização da educação inclusiva em grande parte das instituições de ensino. Tudo isso, pode ser atribuído a grande diversidade e heterogeneidade do território nacional, podendo se apresentar como um fator limitante para o avanço das políticas de educação de forma linear em todas as regiões. Porém é necessário ultrapassar todas as barreiras tendo em vista que a educação é um direito de todos. Neste trabalho temos como objetivo geral, analisar os desafios e limitações enfrentadas pelo ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva na EEF José Gustavo Pinheiro Torres. Para tanto nos utilizamos da pesquisa de campo, documental e bibliográfica, como procedimento metodológico em busca de alcançar os objetivos propostos. Sabemos que para a educação ser efetiva são necessários vários esforços como: introdução de políticas que venham dar suporte as instituições, adequação dos espaços, introdução recursos, para o desenvolvimento de metodologias, e contribuições na formação profissional para que eles atendam todas as particularidades de uma sala de aula. Diante disso, nos propomos a analisar os desafios e limitações que o ensino de Geografia tem enfrentado na perspectiva da inclusão. Tendo o pressuposto que grande número de indivíduos que necessitam de um suporte maior, devido suas condições físicas, mentais e sociais. Tendo como partida, que o tema da educação inclusiva é muito discutido, nos despertou o interesse de averiguar a sua materialização nas instituições de ensino, no caso, á EEF José Gustavo Pinheiro Torres.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Materialização, Ensino de Geografia.

ABSTRACT

We know that nowadays it is of fundamental importance to include people with disabilities and limitations in everyday school life, guaranteed conditions for their access, permanence and participation in the construction of knowledge, considering that this is an audience that has occurred without precedent. Although, we see great difficulties in materializing inclusive education in most educational institutions. All this can be attributed to the great diversity and heterogeneity of the national territory, which may be a limiting factor for the advancement of education policies in a linear way in all regions. However, it is necessary to overcome all barriers, considering that education is everyone's right. In this work, we have as a general objective, to analyze the challenges and restrictions faced by the teaching of geography in the perspective of inclusive education at EEF José Gustavo Pinheiro Torres. For that, we used field, documentary and bibliographical research as a methodological procedure in search of achieving the proposed objectives. We know that for education to be effective, several efforts are necessary, such as: the introduction of policies that support institutions, the intuition of spaces, the introduction of resources for the development of methodologies, and contributions to professional training so that they meet all the particularities of a classroom. Given this, we propose to analyze the challenges and limitations that Geography teaching has faced from the perspective of inclusion. Having predicted that a large number of individuals who lived on a larger support, due to their physical, psychological and social conditions. Taking as a starting point, that the theme of inclusive education is much discussed, we were interested in investigating its materialization in educational institutions, in this case, at EEF José Gustavo Pinheiro Torres.

KEYWORDS: Inclusive Education. Materialization. Teaching of Geography.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
PPP	Projeto Político Pedagógico
EI	Educação Inclusiva
EEF	Escola de Ensino Fundamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Localização do Município de Umari (Ceará, Brasil).	P. 24
Figura 2	Mapa de Localização da Escola José Gustavo Pinheiro Torres	P.26
Figura 3	Visão externa da escola	P.27
Figura 4	Sala do AEE	P.31
Figura 5	Painel Libras	P.31
Figura 6	Rampa de acesso portão 01	P.33
Figura 7	Rampa de acesso a parte interna da escola	P.33
Figura 8	Pátio interno	P.34
Figura 9	Sala de aula vista externa	P.35

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
2.1 As Políticas educacionais inclusiva no Brasil.	16
2.2 Contribuições da geografia para inclusão.	20
3. DESAFIOS E LIMITAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUSTAVO PINHEIRO TORRES UMARI-CE.....	23
3.1 Caracterização da área de pesquisa	24
3.2 Reflexo das políticas da educação especial na perspectiva da inclusão.....	28
3.3 Análise de estrutura e formação profissional para o atendimento de alunos inclusivos	29
4. CONSIDERAÇÕES.....	37
5. REFERÊNCIAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto escolar brasileiro podemos observar que uma educação de qualidade e acessível a todas as modalidades de ensino é um grande desafio. Porém é essencial que todos tenham acesso a uma educação que venha a emancipá-los em seu convívio social.

Para tanto é muito importante se desvencilhar das formas de ensino tradicional, embora estejam enraizadas nas instituições de ensino. Portanto, é necessário o comprometimento dos profissionais, para buscarem sempre novos conhecimentos, e investir em sua formação continuada. As circunstâncias que se apresentam em sala de aula, evidenciam a necessidade de formação profissional para o atendimento de todas as particularidades que uma sala de aula possui.

A sociedade sofre suas transformações e isso condiciona profissionais e instituições a se adequar as novas realidades que se apresentam. Assim como também o sistema educacional brasileiro deveria buscar acompanhar essas mudanças, investindo mais recursos para a melhoria e adequação das instituições de ensino.

É dele o dever de proporcionar educação de qualidade e equivalente para todos, apesar de suas condições física, mental e social. Mas, em um país de grandes dimensões territoriais, como o Brasil, nem sempre todas as regiões vão ser atendidas de forma linear, tendo em vista a diversidade e heterogeneidade do território nacional, por muitas vezes dificultam os avanços das políticas educacionais.

Dessa forma, a educação como um direito de todos tem que ultrapassar as dificuldades impostas chegando a todos os lugares e instituições. Diante disso, nos propomos a analisar como tem acontecido o ensino de geografia na perspectiva inclusiva na EEF José Gustavo Pinheiro Torres, diante do contexto educacional vigente.

O interesse pela temática educação inclusiva aconteceu ainda quando cursava o ensino fundamental anos finais, quando em nossa turma havia um colega surdo. A escola não dispunha de recurso e nem profissionais com formação para o atendimento a esse aluno. Dessa forma, percebemos que ele estava inserido em sala de aula, mas não estava incluso no processo, em nenhum momento ele participava das aulas.

Então, surge daí a curiosidade de buscar respostas para essas situações. O dever do Estado é fornecer educação para todos independente de sua deficiência ou condição social,

mas para isso acontecer é preciso avançar mais, materializando as políticas de inclusão nas instituições.

Para tanto, definimos como objetivo geral desta pesquisa: analisar os desafios e limitações enfrentadas pelo ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva na EEF José Gustavo Pinheiro Torres. Para alcançar o objetivo geral traçamos os seguintes objetivos específicos: analisar a estrutura da escola, tendo em vista o atendimento à pessoa deficiente; identificar a presença de formação profissional para atuar em sala de aula com alunos inclusivos; investigar sobre o planejamento escolar para alunos para incluí-los no processo de ensino e aprendizagem, e identificar os reflexos das políticas educacionais inclusivas na referida escola.

Para buscar esses objetivos foram percorridos distintos caminhos metodológicos, tendo em vista que é de suma importância ter o conhecimento de como acontece o processo de inclusão na instituição escolhida. Mas, vale ressaltar que esta escola não é um caso específico, o que levantamos se configura na realidade de muitas instituições nesse país.

A metodologia deste trabalho envolveu a pesquisa de campo, documental e bibliográfica, esta última realizada na Biblioteca virtual da UFCG, além de artigos científicos disponíveis em sites acadêmicos como Portal Scielo e Domínio Público. Também foram realizadas algumas conversas com o coordenador pedagógico da escola, a fim de coletar dados e informações que contribuíram para a construção desta pesquisa.

Assim, nos propomos a analisar se a EEF José Gustavo Pinheiro Torres em conjunto da geografia tem desenvolvido uma educação de qualidade para todos. Claro que não depende somente da escola, pois são necessários investimentos pelo sistema de ensino brasileiro. Uma vez feito esses investimentos, resulta na qualidade de ensino, desenvolvimento metodológicos, e condições estruturais mínimas, favorecendo o acesso e a permanência de todos.

Na construção desta pesquisa, no primeiro capítulo trabalhamos a parte introdutória, no segundo abordamos sobre o ensino de geografia e os desafios e limitações que ele tem enfrentado na realidade escolar brasileira. Também discorremos sobre a educação inclusiva, trazendo seu conceito bem como a importância de sua materialização, tendo em vista seu caráter fundamental para a inclusão.

Abordamos ainda no segundo capítulo sobre as políticas educacionais de inclusão, levando em consideração a sua aplicabilidade na escola referida. Para fechar o nosso segundo capítulo apresentamos a discussão sobre as contribuições que a geografia pode oferecer para EI, desde recursos didáticos até as metodologias.

Partindo para o terceiro capítulo, inicialmente tratamos sobre a necessidade da garantia da educação para todos, ressaltando a obrigatoriedade do Estado de proporcioná-la em todas as instituições. Em seguida realizamos a caracterização da área de pesquisa, caracterizando inicialmente o município de Umari-Ceará, logo após foi feita a caracterização da escola. Também analisamos os reflexos das políticas públicas de inclusão, bem como a estrutura, formação dos profissionais e projeto político pedagógico da escola, sendo eles fundamentais para a educação inclusiva e de qualidade. O quarto e último discorreremos sobre as considerações finais.

2 ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA.

Para falarmos sobre o ensino de Geografia na perspectiva da educação inclusiva é importante nos remeter a uma série de complexidades que perduram e se estendem ao longo do tempo, composto por uma gama de desafios encontrados no âmbito escolar. Desafios esses que se alargam desde a estrutura das escolas até a formação profissional, tendo em vista atender todas as particularidades que possam existir em sala de aula.

As escolas necessitam de boa estrutura e recurso para que possam atender os seus alunos e incluir no processo de ensino e aprendizagem, porém esses são alguns fatores limitantes. Pois nem sempre se tem essa estrutura e recursos para que o professor desenvolva suas aulas.

Para atender as particularidades, se faz necessário a formação profissional do corpo docente, tendo em vista atuar na sala de aula, atuação essa que é fundamental se tratando em termos de metodologias. Visto que, alguns alunos necessitam de um suporte a mais, devido a uma deficiência ou limitação que ele possa portar por isso o professor tem que desenvolver métodos que venham incluir todos nas atividades cotidianas em sala de aula. Sabemos que os professores não recebem formação pedagógica para trabalhar com as diferentes formas de incluir. Para tanto,

Na prática do ensino de Geografia, o principal desafio é em relação à metodologia para se trabalhar com alunos com deficiência. Muitas vezes, faltam recursos adequados para um pleno desenvolvimento do trabalho, o que amplia ainda mais as dificuldades do educador. Porém, é necessário que a sala de aula e o plano de trabalho dos conteúdos sejam adequados para os alunos. (SAMPAIO, 2020. p.220).

Como vemos a metodologia é outro fator muito importante, tendo a capacidade de potencializar quando se têm recursos e formação por parte do profissional, pelo contrário teremos limitações. O ensino de geografia na perspectiva da inclusão tem posto a prova os profissionais de educação, exigindo preparo para atuar em sala de aula:

Tudo isso exige do (a) educador (a) preparo para lidar com situações adversas, em que estão presentes indivíduos diferentes com níveis de aprendizado diferentes. O (a) Professor (a) deve estimular o debate entre os (as) alunos (as) sobre as discriminações que marcam as relações sociais, fazendo com que os (as) mesmos (as) percebam que fazem parte de grupos, e que nestes existem as diferenças. A educação deve oportunizar a todos (as) os (as) educandos (as) condições para tornarem-se sujeitos, capazes de refletir sobre seu próprio destino (FERNANDES, 2005. p.32 apud SAMPAIO, 2020, p.219).

De acordo com as discussões de Sampaio (2020) compreendemos que cabe a nós como profissionais buscar sempre novos conhecimentos, para exercer a docência com comprometimento, fazendo que todos os indivíduos possam e tenham condições para participarem do processo de ensino e aprendizagem.

Para que se tenha essa participação muito depende de como estamos conduzindo esse processo, pois um dos grandes desafios para os profissionais é a tarefa de instigar o aluno. Ou seja, tentar possibilidades de despertar sua curiosidade e interesse pelo conteúdo trabalhado em sala.

Uma estratégia que pode ser levada e aderida em sala de aula é a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, pode ser importante, se tratando de acontecimentos do seu dia a dia, o aluno vai ter mais compreensão para uma discussão, colaborando para uma maior participação.

Ainda é válido ressaltar outro desafio que o ensino de geografia na perspectiva da EI tem que enfrentar que se presume na igualdade em sala de aula. Muitos indivíduos são excluídos e marginalizados devidos uma deficiência, necessidade especial, formas de vestimenta e de comportamento, diferenciação étnica- racial, cultural etc.

Então entra o papel do professor como mediador de intermediar e promover a igualdade, construindo com seus alunos a ideia do respeito ao próximo, mesmo ele pensando ou apresentando algumas características diferentes, mostrar que isso não o faz melhor nem inferior a ninguém.

A educação inclusiva pode ser entendida como a reorganização das instituições de ensino, para que todos os alunos, independentemente de quaisquer limitações, possam participar normalmente das aulas em geral, nas classes adequadas à sua idade física e condição mental.

Para isso, os espaços da escola, deverão sofrer adaptações, tendo em vista receber alunos portadores de deficiências. Professores e funcionários deverão passar por capacitação profissional, na busca de garantir uma educação de nível equivalente à dos demais alunos sem deficiência e, que todos sejam integrados no processo educativo. Assim:

É indispensável que ocorram mudanças e adaptações na sala de aula, em relação aos materiais didáticos como livros, mapas, computadores, jogos; além da postura do professor e sua prática pedagógica, envolvendo a flexibilidade, o respeito, a motivação e a criatividade (AMARAL, 2013. p.6 apud SAMPAIO,2020, p.220).

É importante ressaltar que existem muitos casos de indivíduos que são excluídos em sala de aula, devido necessitar de um suporte especial e muitas escolas não fornecer. Aqui nos deparamos com um grande problema que perdura há muitos anos. É claro que já houve muitos avanços, mas ainda são necessários grandes esforços para que todos possam ser atendidos no processo de ensino e aprendizagem de forma igual, pois esse é um direito assegurado na constituição brasileira.

Porém, para que isso aconteça se faz necessário levar em consideração alguns fatores, como: qualificação de profissionais, melhorias na estrutura escolar e políticas de governo que venham a se comprometer com a causa. Muitas escolas do Brasil, não possuem profissionais qualificados e estrutura para atender esse grupo de alunos, se falarmos em educação para todos, em alguns casos isso não acontece.

Para fazer educação inclusiva não basta inserir um indivíduo em sala de aula, mas sim dá condição e suporte para que ele possa fazer parte de forma atuante no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, vemos que para fazer uma educação para todos envolve vários fatores que precisam e devem estar em sintonia. Não basta apenas a inserção de um indivíduo em uma sala de aula regular, mas é exigido todo um suporte para seu acesso e permanência.

2.1 As Políticas educacionais inclusiva no Brasil.

A educação é um direito de todos, mas falar isso em um país como o Brasil, é um tanto complexo. Levando em consideração o imenso território, nem sempre todos são assistidos de igual modo, onde em alguns lugares podem existir instituições capazes de atender todos os indivíduos mesmo que algum porte alguma limitação, já em outras pode não existir a mesma estrutura e recursos.

Mas vale ressaltar que a educação não se fundamenta em inserir determinado aluno em uma sala de aula regular, e sim dar condições e suporte para que o mesmo participe do processo de ensino e aprendizagem, e seja participante dele. Muitas escolas podem ter uma ótima infraestrutura e boas condições para receber os mais diversos alunos, portadores de cuidados especiais ou não, mas somente isso não é garantia de inclusão. Dessa forma,

Para uma escola ser inclusiva não basta apenas aceitar os portadores de necessidades especiais, necessita ter um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão e não somente pela infraestrutura da escola, como construção de rampas, banheiros, entre outros. Também é importante um planejamento quanto à prática pedagógica, proporcionando atividades que envolvam a todos e que os professores entendam que os alunos precisam de liberdade para aprender de acordo com as suas condições (e isto tanto vale para os estudantes com deficiência ou não) (SGARABOTTO & DURANTI, 2006, p.04 apud SAMPAIO, 220, p.212).

Por que se fala tanto em educação inclusiva e pouco se tem feito? Essa é uma boa pergunta, nos dias atuais muito se tem falado em educação inclusiva, seja em reuniões, assembleias, nas ruas, na TV, e em propagandas de cunho Estatal. Mas, se pararmos para pensar ainda está engatinhando nesse aspecto, claro que já houve alguns avanços e conquistas, porém se faz necessário progredir ainda mais.

Será se não está na hora de falar menos e agir mais? Como já mencionado neste trabalho a educação é um direito de todos assegurado na constituição, portanto se é de todos, por quê muitos não têm seus direitos assegurados? Se pararmos para pensar surge uma série de questionamentos que nos leva a discussões, nos fazendo entender que educação para todos ainda faz parte de um ideário de projeto que ainda não saiu do papel. Porém,

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.3)

Contudo na maioria das vezes não é assim que acontece e com isto surgem alguns questionamentos. Não seria mais prudente desenvolver políticas mais incisivas que venham abraçar essa causa? Assegurando esse direito para todos. Será se é para todos? Ou somente até determinado ponto? Diante do que vivenciamos no cotidiano das instituições de ensino deste país, é possível pensar que sim! Pois nem todos têm condições de acesso e permanências que lhes é de direito. Assim,

Cabe ao Estado, nesse contexto, a tarefa de buscar novos caminhos para a superação de alguns dos obstáculos presentes no seio social que distanciamos segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no caso específico da inclusão escolar, do direito à educação. (MATISKEI, 2004, p.187).

Diante disso, compreendemos que surgem esses questionamentos, quando nos deparamos com a realidade escolar brasileira, onde pessoas por portar necessidades especiais, ou pertencer a determinados grupos étnico-raciais, culturais e sociais não possuem acesso à educação.

De acordo com as análises de Matiskei (2004), vemos que para a inclusão de pessoa no ambiente escolar e também no processo de ensino e aprendizagem são necessárias várias ações e fatores para que venham trabalhar em conjunto. Não basta ter uma boa estrutura se não tem recursos, não basta ter recurso se não se tem profissionais aptos para se trabalhar com alunos inclusivos, mas também não basta ter tudo o que foi citado anteriormente, se as instituições de ensino não tiverem um projeto pedagógico voltado para as particularidades que podem ser encontradas em sala de aula.

Para que o ensino seja inclusivo, eficiente e de qualidade, é necessário que esses fatores antes mencionados trabalhem em conjunto. Pelo contrário, no máximo estaremos inserindo o aluno em sala de aula, e não incluindo. Para alcançar essa sintonia são necessários muitos esforços que exigem a colaboração de muitos, principalmente do Estado. Promovendo investimento e políticas de inclusão e de formação inicial e continuada para atender essa crescente demanda que está posta na sociedade brasileira.

Se por um lado já houve muitos avanços, ainda assim é preciso fazer mais, investir mais, incentivar mais. Por se tratar de um país imenso dificilmente todos os espaços irão ser atendidos de forma igual, enquanto alguns já têm melhores condições outros na prática não tem nenhuma. Se pensar em educação para todos nesses moldes é uma causa quase que impossível.

As primeiras ações na perspectiva inclusiva se estendem desde tempos do império no Brasil. Assim,

O atendimento as pessoas com deficiência no Brasil em inicio desde a época do império com a criação de diversas instituições que amparavam estas pessoas, e com o passar dos anos surgiram instituições importantes como: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos Mudos, o Instituto Pestalozzi, que atendiam pessoas com deficiência mental, e as primeiras Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). (BRASIL, MEC/SEESP, 2008. apud SAMPAIO, 2020, p.213).

Nesse sentido, veio a ganhar maior destaque por meados do século XX, no ano de 1980 em resposta a luta e a resistência de defensores dos direitos das pessoas com deficiência, que promoviam movimentos para reivindicar. Para tanto,

No Brasil, a ideia de Educação Inclusiva surge na década de 1980 como fruto da luta das Pessoas com Deficiência e suas entidades, que se organizaram e batalharam por dignidade, revendo sua história e objetivando construir uma nova (FERNANDES, 2005, p.30 apud SAMPAIO, 2020, P.213)

Essa luta não foi em vão, devido a ela que os dispositivos legais, começaram a tratar sobre a EI:

É por meio destas lutas de classes que os dispositivos legais passaram a tratar a temática da educação inclusiva no Brasil. Dentre eles, a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Toda essa parte legal reflete uma conquista das pessoas com deficiência no âmbito da educação, pois “tratam do assunto no âmbito da sua legislação, sugerindo uma “Escola para Todos”, independentemente se o indivíduo tem ou não uma deficiência” (FERNANDES, 2005, p.30 apud SAMPAIO, 2020, P.213).

Todos esses acontecimentos significou um grande avanço para a educação inclusiva, porém não quer dizer que todos os problemas foram resolvidos. Como já mencionado, para solucionar a problemática são envolvidos vários fatores. Mesmo tendo o aparato da constituição é preciso fazer acontecer e sair do papel.

Segundo Sampaio (2020), ao abordar que a constituição ao longo do artigo 206 inciso primeiro, retrata sobre a educação, tendo por base a igualdade e as condições de acesso e permanência na dos alunos na escola, que passa a integrar a proposta de uma educação para todos.

Nessas perspectivas, Sampaio (2020, 214), afirma:

Ao tratar dos deveres do Estado sobre a educação, a Carta Magna deixa bem explícita algumas obrigações a respeito da Educação Inclusiva, ao citar em seu artigo 208, inciso III o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A EI passa então a ter todo um suporte de garantia de sua expansão por diversos aparatos, como podemos aqui destacar a declaração de Salamanca, que foi um documento redigido em 1994 na Espanha em uma conferência mundial, contou com a presença de vários países, entre eles o Brasil que assinou esse tratado junto com os demais, se comprometendo em garantir educação para todos.

A luta e a busca de uma educação para todos ultrapassaram as fronteiras, tudo isso almejando a busca por uma educação de qualidade para todos. Nenhum indivíduo pode ser excluído do processo de ensino e aprendizagem por apresentar alguma deficiência que ele tenha.

Logo após a assinatura na declaração de Salamanca, dois anos depois, em 1996 no Brasil ocorre a promulgação da LDBEN, onde passou a nortear o sistema educacional e deixar clara a importância da educação inclusiva a ser posta em prática na rede regular de ensino. Além de determinar sobre alguns direitos, que o sistema público de ensino tem que assegurar, bem como,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; [...] V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, LDBEN, art. 59, p.40 apud SAMPAIO, 2020, P.216).

A educação inclusiva foi bastante contemplada tratando em termos de legislação, tendo como suporte a declaração de Salamanca, constituição federal, e a promulgação da LDBEN. Porém o cerne da discussão é saber se tudo o que foi determinado nessas leis, saiu do papel. Na teoria estar tudo bem, mas na prática também estar? Isto é o que veremos ao longo do próximo capítulo quando estivermos abordando as discussões sobre a realidade escolar na escola José Gustavo Pinheiro Torres.

2.2 Contribuições da geografia para inclusão.

Diante do que já foi posto neste trabalho nos cabe analisar as possíveis contribuições que a geografia enquanto componente curricular pode oferecer para educação inclusiva. Ela tem contribuído ou não nesse processo. Se sim, de que forma? Se não, por quê? Essas são algumas reflexões que buscaremos responder ao longo deste tópico.

Sabemos que a geografia oferece alguns recursos para se trabalhar, a exemplo dos: mapas, maquetes, gráficos táteis, assim como livros em Braille, recursos sonoros e visuais, entre outros materiais. Eles devem ser utilizados como aliados dos professores em muitos momentos, sobretudo em uma sala de aula que conta com a presença de alunos com algum tipo de deficiência, assim sendo,

O desafio do professor é utilizar recursos e técnicas que possam fornecer informações e possibilitem dirigir o currículo, de maneira que os alunos desenvolvam habilidades aproveitem as oportunidades e também se sintam motivados na tarefa de aprender. (NOGUEIRA 2016, p. 260).

Como foi destacada, a geografia por meios desses recursos pode contribuir, mas ainda é importante saber se esse recurso tem sido utilizado, se tratando de Brasil um país extremamente desigual, muitas escolas podem não dispor dessas ferramentas. Outro fato a ser mencionado, é a falta de formação para introdução desses recursos nas escolas, não basta tê-lo, é preciso saber usá-lo, por isso que a formação profissional é tão importante nesse sistema.

Segundo as colocações de Nogueira (2016), interpretamos que mesmo dispondo de um recurso didático, é necessário que antes de tudo busque e pesquise para saber como introduzir em sala de aula. Podemos ter os melhores recursos em nossas mãos, mas se não for usado de forma que venha auxiliar, pode se tornar algo não tanto satisfatório. Então, para trabalhar recursos didáticos em sala de aula exige conhecimento e planejamento.

Outro ponto a ser ressaltado, e que não podemos deixar passar despercebido é papel do Estado nesse conjunto. O mesmo deve assegurar que todos tenham acesso a educação, então se faz necessário que seja convertido recurso para melhorias nas estruturas escolares, programas de formação docente e assistência estudantil.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da Educação busca esclarecer seu caráter solidário e determina que a educação é um dever do Estado, da família e da sociedade como um todo sempre em busca do pleno desenvolvimento do indivíduo. (SAMPAIO, 2020, p. 213).

Além do Estado entra também a família e sociedade para que de forma simultânea venham a colaborar, em prol da educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, C.F, Art.205, 1988)

Como podemos perceber a educação é um direito de todos, assegurado pela constituição federal. Porém, existem muitos indivíduos que não tem esse direito garantido, e a geografia como ciências que estuda a formação e as transformações do espaço, pode também contribuir de forma a elucidar os indivíduos pela reivindicação dos seus direitos enquanto cidadão.

Nenhum indivíduo deve ser excluído do processo de ensino e aprendizagem por ter alguma deficiência ou pertencer a determinado grupo ou classe social. Isso não tira o seu direito a educação. A geografia enquanto disciplina que forma cidadãos críticos e reflexivos para atuar em sociedade, pode auxiliar e elucidar na busca pelo direito de uma educação para todos.

Através de vários fatores foi possível perceber que em tese a geografia ao dispor de recursos didáticos pode contribuir na educação inclusiva. Ela dispõe de um vasto acervo de recursos, que sendo utilizado de forma efetiva pode atender aos mais diferentes grupos de alunos, conforme suas particularidades e necessidades especiais, dando condições igualitárias de acesso e permanência no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, o ensino de Geografia amparado de recursos didáticos pode incluir todos os indivíduos no processo de ensino e aprendizagem. Se pensarmos que em uma sala de aula possa existir um ou mais alunos com baixa visão, os professores poderão utilizar maquetes, gráficos táteis, livros em Braille e recurso sonoro para trabalhar com esses alunos.

As maquetes proporcionam que os alunos tenham o contato com diferentes representações dos espaços. No caso pode trabalhar as formas de relevo e através do toque o aluno pode aprender a disposição de suas conjunturas.

Os gráficos táteis permitem que os alunos possam analisar os dados trazidos e sua disposição através do contato. O livro em braille também pode ser muito importante para o ensino de geografia onde os alunos cegos ou baixa visão possam utilizar desse sistema de escrita tátil para ter acesso aos conteúdos.

Outro fator relevante são os recursos sonoros considerados muito importantes para se trabalhar em sala de aula, não somente com os alunos cegos ou de baixa visão, mas com a turma inteira. É uma forma dinâmica que também possibilita sair da rotina de sala de aula, e envolver mais os alunos.

Tudo isso garante que o ensino de geografia desenvolva suas atividades e contribua para a inclusão dos indivíduos. Mas, se faz por bem ressaltar que para desenvolver diferentes metodologias é necessária formação ao profissional, como também instituições bem estruturadas que disponha de todos os recursos para uma educação inclusiva e de qualidade.

3 DESAFIOS E LIMITAÇÕES NO ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ GUSTAVO PINHEIRO TORRES, UMARI-CE.

O ensino de geografia tem papel fundamental no auxílio à formação cidadã, desenvolvendo uma maior compreensão da realidade do espaço que o indivíduo está inserido, e ainda,

Esta disciplina apresenta papel significativo na aprendizagem, seja por proporcionar o desenvolvimento de habilidades específicas da observação, descrição, análise como aprender a observar, descrever, comparar, estabelecer relações e correlações, tirar conclusões e fazer sínteses do espaço de vivência; seja por possibilitar a apropriação de conteúdos que permitem ler o mundo e o lugar em suas contradições (AMARAL; et. al, 2013, p.8 apud SAMPAIO, 2020, p.220).

Portanto, é fundamental trabalhar a realidade dos alunos em sala de aula, partindo dos seus conhecimentos prévios que devem ser valorizados no processo de ensino e aprendizagem. Pois, a correlação entre os conteúdos e a realidade dos alunos, facilita a compressão como também desperta o interesse do aluno. Dessa forma,

A vivência do aluno deve ser valorizada para que ele possa perceber a Geografia como parte do seu cotidiano, trazendo para o interior da sala de aula, com a ajuda do professor, a sua própria experiência do espaço vivido. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma interativa. (CROZARA & SAMPAIO, 2008, p.2 apud SAMPAIO, 2020, P.221).

A Geografia por ter foco principal nas mudanças sócio espacial ela assume grande importância na formação dos indivíduos, proporcionando uma maior compreensão e uma análise crítica dos lugares, sobre tudo o lugar em que ele vive. Assim,

Quando o aluno consegue associar uma disciplina escolar, como a geografia, a sua realidade, esta passa a fazer sentido e ter importância para ele. Sem a contextualização adequada dos conteúdos a disciplina em questão continua a ser apenas mais uma matéria escolar sem sentido e sem aplicação. Descaracterizar a disciplina, dissociando-a da vivência do aluno é simultaneamente descentralizá-la de seu Core e impossibilitar ao educando uma leitura de mundo capaz de situá-lo na realidade que o cerca (ALMEIDA; et. al, 2013, p. 106 apud SAMPAIO, 2020, p .221).

Vemos que o ensino de geografia tem um papel social essencial, porém ao longo dos anos tem enfrentado bastantes desafios e limitações, tendo como partida a perspectiva inclusiva. Fatores como falta de formação aos profissionais, estrutura mínima necessária para atendimento a alunos deficientes, recursos didáticos e projeto político pedagógico voltado para inclusão, tem limitado o avanço do ensino de geografia na perspectiva inclusiva.

Nem sempre as escolas são assistidas de maneira a oferecer condições de acesso e permanência, bem como recursos para desenvolver atividades educativas. Deparamo-nos como salas de aulas repletas de indivíduos que carregam diferenças, patologias, deficiências, limitações e transtornos. Para desenvolver o processo de ensino e incluir o aluno é necessário formação e recursos para aplicação de variadas metodologias.

Como vemos a EI depende de alguns fatores, mas no contexto escolar brasileiro nem sempre esses fatores atuam de forma conjunta, em grande parte teremos a ausência de um ou outro, que pode interferir diretamente no processo. A educação é um dever do Estado, assegurado em nossa constituição, e ele tem o dever de oferecer educação de qualidade a todos, portanto:

Assim, entende-se que além das pessoas com deficiência, o cigano, o homossexual, o índio, o judeu, o negro etc., isto é, todo aquele que compõe as minorias e/ou o grupo marginalizados (socialmente desfavorecidos e/ou minorias), constituir-se-ão com base na premissa inclusiva, o seu público alvo: alunos com necessidades educacionais especiais, pois em algum momento do processo de ensino e aprendizagem, o sujeito independentemente de sexo, de idade, de opção religiosa, de origem étnica, de orientação sexual e/ou de deficiência precisará provisoriamente ou por tempo definitivo de uma atenção maior, que o coloca na condição de especial com base na subjetividade/individualidade, além dos casos tradicionais de dificuldade de aprendizagem. (ALMEIDA 2009, p. 5 apud ALVES, 2014, P.33).

Como vemos não importa qual seja o indivíduo, ele tem o direito à educação, independentemente de sua cor, raça, orientação sexual, deficiência ou condição social. Mas, na maioria dos casos não ocorre desta maneira, em muitas instituições vão existir lacunas, que prejudicam direta ou indiretamente os indivíduos em seu acesso e permanência na escola.

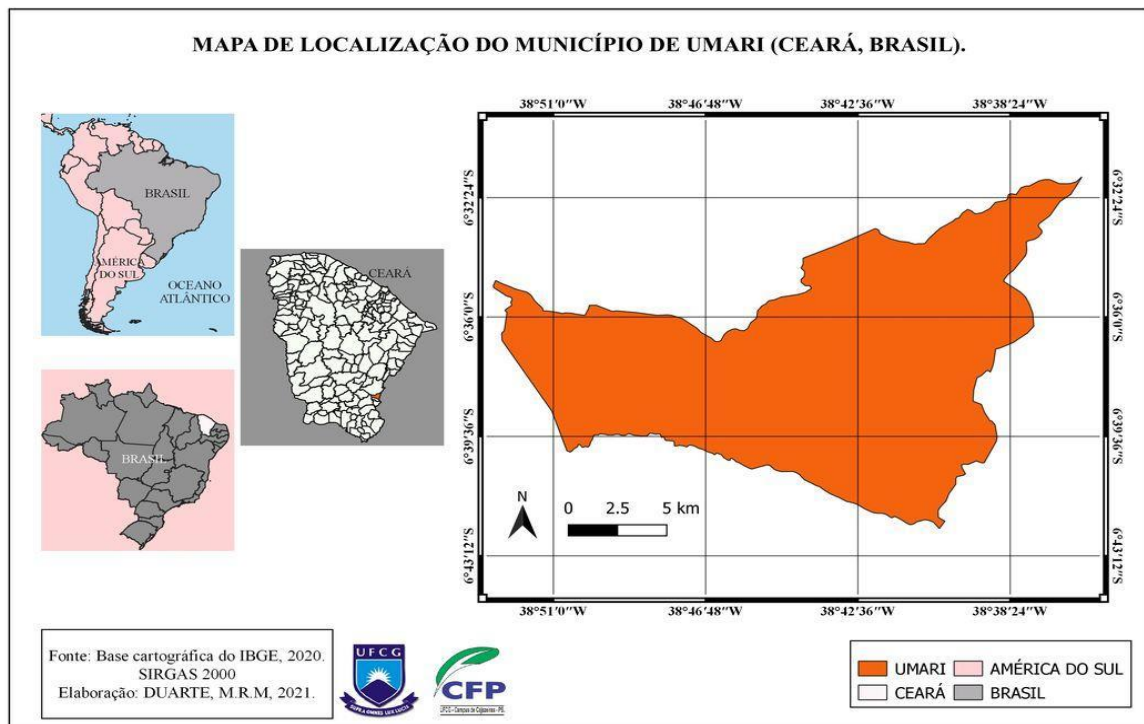
3.1 Caracterização da área de pesquisa

Umari está localizado na região centro-sul do Ceará, segundo a atual divisão regional do Brasil (IBGE 2017), o município situa-se na região geográfica imediata de Iguatu que compõe a região intermediária de Iguatu-Icó. O município limita-se a Norte com a cidade de

Icó, a Sul com Baixio, a Leste com Triunfo no estado da Paraíba e a Oeste com Lavras da Mangabeira. Ocupa uma área de aproximadamente 265,6 km². A sede municipal apresenta uma altitude de 272 metros, e coordenadas geográficas de 38° 42' 00'' longitude Oeste e 06° 38' 52'' de latitude Sul.

A figura (01) abaixo ilustra o mapa de localização de Umari, onde é possível observar sua posição no nível de continente, país, estado, município e local.

Figura 1 – Mapa de Localização do Município de Umari (Ceará, Brasil).



Fonte: Duarte, M. R. M, 2021.

O acesso à sede desse município dado a partir da capital Fortaleza é através da BR-116, a qual se distancia cerca de 323 km da capital. Para os demais municípios, o acesso é realizado pela rodovia estadual CE-151 Umari- BR-116 e por estradas carroçais.

Segundo a atual divisão regional do Brasil, o município situa-se na região geográfica imediata de Iguatu que compõe a região intermediária de Iguatu-Icó. Situa-se nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Salgado. Estamos segundo AB'SABER (1958) no domínio de depressões sertanejas, domínio de relevo suave ondulado

Tratando de sua vegetação, tem a caatinga como predominante e o cerrado, constituindo-se que o bioclíma é 4ath, ou seja, tropical quente de seca acentuada, Gaussen (1968).

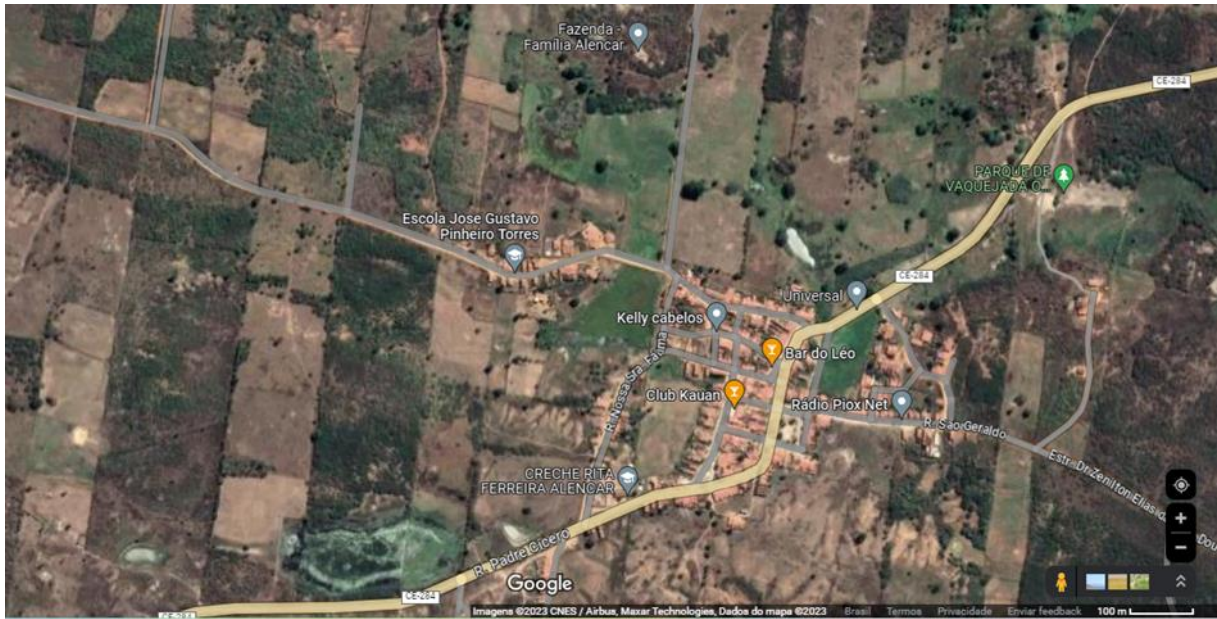
O significado do nome Umari vem do Tupi Guarani e designa uma planta muito comum na região, das árvores da família da Icacinaceae. A cidade começou a ser chamada inicialmente de Gado Bravo e Baixio, posteriormente de Umari. Suas origens remontam aos primórdios do século XVIII, quando aí se estabeleceram colonizadores originários especialmente Paraíba e Pernambuco.

No final do mesmo século, aproximou ao reduto o francês Josep Aleth Douillette, vítima das remanescentes perseguições do plenipotenciário Marquês de Pombal. Nessa oportunidade enamorou-se o francês de uma jovem moradora da cidade. Uniu-se a ela em matrimônio e fez progresso. Incomodado com o costume segundo o qual as pessoas que morriam eram levadas a sepultamento no cemitério de Icó, distante em aproximadamente 50 km, tratou de mover campanha através da qual seriam adquiridos fundos para construção de um cemitério e uma capela. Esta capela veio a se tornar, atualmente, a Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante, construída em meados do século XVIII.

Foi elevado à categoria de município com a denominação de Umari, pela lei estadual nº 3338, de 15 de setembro de 1956, desmembrado de Baixio, sede no antigo distrito de Umari. Pela lei municipal nº 036, de 18 de abril de 1991, foi criado o distrito de Pio X e anexado ao município de Umari. Em divisão territorial datada de 1 de dezembro de 1995, o município é constituído de 2 distritos: Umari e Pio X, até os dias atuais.

No município existem 05 escolas públicas que trabalham o ensino fundamental I e II, e uma delas é a escola José Gustavo Pinheiro Torres, localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima II, no distrito Pio X. Logo a baixo (figura 02) ilustramos a localização da escola no distrito citado.

Figura 2 – Mapa de Localização da Escola José Gustavo Pinheiro Torres



Fonte: GoogleMaps. Acesso em: 26/05/2023

Surge em meados de 1990 com a demanda crescente do número de crianças e a necessidade de um espaço educador. Era grande a quantidade de alunos que se deslocavam, muitas das vezes a pé, até a cidade de Umari, um trajeto de 10 km para estudar. Foi fundada em 15 de setembro de 1992, e inicialmente funcionou como escola anexa, até o ano de 1999.

O nome José Gustavo Pinheiro Torres é uma homenagem feita por sua esposa Teodora Das Dores Ferreira, vendo que havia grande dificuldade de deslocamento dos alunos até a sede do município, fez a doação do espaço onde foi construída a escola. Fundada em 15 de setembro de 1992, Tem como principais fundadores: Teodora Das Dores Ferreira, doadora do terreno. Antocildo Barbosa Ribeiro na época atual prefeito e a Senhora Fátima Viana, vice-prefeita. A baixo (figura 03) colocamos uma imagem ilustrativa da vista frontal da escola.

Figura 3 - Visão externa da escola



Fonte: CARMO, 2023.

A escola atualmente conta com aproximadamente 190 alunos e com um quadro de 14 professores, diretor e coordenador pedagógico e mais 10 funcionários. Atua semanalmente. Nos horários matutino e vespertino. Acolhe atualmente, 95% das localidades vizinha que são os sítios: Barrocas, Torto, Ubadeira I e II, Pé de Serra e Lagoa Tapada e Dubai.

A EEF José Gustavo Pinheiro Torres ocupa uma área total de 544.52m², sendo sua área edificada de 461.43m² restando uma área livre de 83.09m². A escola está distribuída entre 02 pavilhões: dispendo de 06 salas de aulas, 01 sala para o AEE, 01 sala para direção e secretaria, 01 sala de leitura, e para os professores, 02 banheiros, sendo eles, masculino e feminino, 01 depósito e 01 cantina.

3.2 Reflexo das políticas da educação especial na perspectiva da inclusão.

Se tratando de um tema muito atual e de suma importância, necessita-se averiguar os reflexos das iniciativas do Estado para o fortalecimento da EI no âmbito escolar. Como foi possível perceber no capítulo anterior em termos jurídicos está bem amparada, porém é preciso analisar como tem acontecido na prática. Não basta está fundamentada juridicamente em documentos e leis, se não conseguir romper as barreiras, saindo do papel e se materializando nas instituições.

Muitas conquistas nesse âmbito já foram alcançadas, mas vale ressaltar que as instituições de ensino nem sempre são atendidas de forma igual, pode-se notar que algumas vão ser beneficiadas mais que outras. Mas, analisando minuciosamente veremos que em grande parte falta um pouco a melhorar.

Se tratando de país de grandes dimensões territoriais, esses recursos se dispersam e na maioria das vezes não chegam de forma igualitárias para todos. Até mesmo por atender interesses políticos, esses recursos recebem influências em seu destino final. Os grandes centros ou cidades de maior porte sempre são mais beneficiadas, em contrapartida, como é o caso da EEF José Gustavo Pinheiro Torres, que fica em uma cidade pequena no interior do Ceará esses benefícios não chegam de forma igual.

Dessa forma, as políticas de educação inclusiva representam uma grande conquista para as instituições de ensino. Sem contar que tudo isso foi mediante reivindicações da sociedade, marcada por luta e resistência. Temos que ter a compreensão que conquistamos alguns avanços e que necessitamos continuar buscando por mais.

Grande parte das escolas passou por um processo de adequação, suas estruturas físicas passaram por modificações e também receberam alguns equipamentos para melhorar a acessibilidade e locomoção nas suas instalações. Como também receberam recursos didáticos para o desenvolvimento de novas metodologias.

Portanto, tudo isso representa avanços no sentido da inclusão, diante de tantas complexidades que existem em sala de aula. Muitos alunos precisam de atendimento especial para tanto são necessários recurso, acessibilidade, condições de acesso e permanência e formação profissional para aplicações de novas metodologias, para atender as particularidades.

Tratando sobre os reflexos das políticas de inclusão na EEF José Gustavo Pinheiro Torres, podemos perceber que houve algumas ações como: implantação de rampas para facilitar o acesso às instalações da escola, sala do AEE, para que os alunos tenham atendimento especializado.

Nesse sentido, pode se perceber alguns frutos dessa política, porém é necessário um avanço maior, no caso da referida escola, ela ainda dispõe de poucos recursos didáticos, existe apenas um profissional com formação para atender os alunos com necessidades especiais, falta acompanhante e também não são todas as salas que são acessíveis para cadeirantes.

É preciso mais comprometimento como também investimentos por parte do Estado, olhar com mais seriedade a proposta da educação inclusiva. Todos nós somos cidadãos e temos nossos direitos e deveres, mas por muitas vezes, chegamos a pensar que temos somente deveres a cumprir, pois é como se os nossos direitos fossem se perdendo aos poucos.

Nessas abordagens, é preciso considerar que a escola com todas as suas dificuldades, todo o seu núcleo gestor, professores e funcionários de forma geral não demonstram resistência em receber os alunos com quaisquer problemas e, sim, incluí-los dentro do

processo educativo e formativo. Para isso, as políticas públicas devem rever com mais seriedade uma assistência de qualidade e melhores condições de trabalho para os professores em sala.

3.3 Análise de estrutura e formação profissional para atuar em sala de aula com alunos inclusivos.

Como foi possível perceber, para o ensino ser inclusivos depende de alguns fatores; por isso nos propomos analisar a estrutura e a formação profissional, tendo em vista sua atuação diante das diversas situações inclusivas que permeiam as escolas.

Então traremos para o debate esses aspectos que são fundamentais para a EI, pois se a educação é um direito de todos, buscaremos investigar se a escola citada tem as condições mínimas de acesso e permanência de todos os alunos. Sejam eles portadores de patologias, transtornos, deficiências ou pertencente a grupos marginalizados.

Teoricamente é um tema bastante discutido, por isso nos dispomos a verificar sua aplicabilidade nas instituições de ensino, no caso deste trabalho à EEF José Gustavo Pinheiro Torres. Em termos de formação profissional a escola só dispõe da professora do AEE, até então é o único profissional com formação para atuar com alunos inclusivos. Ela trabalha na escola e em outras instituições.

Na referida instituição existe 05 alunos inclusivos, atestado por laudo. Eles têm que obrigatoriamente participar na sala de aula regular, junto com os demais, porém eles não têm nenhum suporte, para o a realização das atividades. Tudo isso é preocupante, levando em consideração que eles têm algumas limitações, que comprometem seu desempenho, em relação a seus colegas.

O que se ver é muito preocupante, esses alunos são inseridos em sala de aula, mas não são inclusos no processo de ensino e aprendizagem, pois os professores em sala de aula regular não têm formação para atuar com alunos inclusivos e nem contam com outro profissional que possa auxiliar. Tudo isso pode comprometer sua aprendizagem como também sua exclusão, mesmo estando em sala de aula.

O sistema de ensino brasileiro tem deixado várias lacunas, não seria o momento de atualizar, e buscar se adequar as exigências e necessidades que surgem em nossas instituições de ensino? Também não seria a hora de rever os currículos e projetos político pedagógicos das universidades, tendo em vista modificarem os currículos em prol da formação de profissionais

com mais conhecimento pedagógico para se trabalhar com os alunos inclusivos? Tendo em vista que,

A universidade tem se mostrado muito lenta quanto à Educação Inclusiva. Pouco ou quase nada tem feito para que esta proposta de educação ganhe destaque e saia do âmbito do legal. Praticamente não houve mudanças nos currículos dos cursos de licenciatura (com honrosas exceções é claro). Continuamos com currículos atrelados ao conhecimento teórico, com pouca ênfase no conhecimento pedagógico (FERNANDES, 2005, p.36 apud SAMPAIO, 2020, p.217).

Nessa mesma perspectiva também se pode desenvolver programas de treinamentos para os professores que já estão na ativa, tendo como premissa melhorar a qualidade do ensino inclusivo, assim atendendo as particularidades em sala de aula desse público que só cresce ao passar do tempo.

Outro ponto importante a ser ressaltado foi à análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Essa análise foi realizada tendo em vista constatar a existência de um possível planejamento para atender as especificidades que surgem com a presença de alunos inclusivos em sala de aula. A EI se ampara em três pontos principais que são: estrutura física das instituições, formação profissional, e um projeto político pedagógico voltado para a inclusão.

Diante disso, analisando o PPP da escola Jose Gustavo Pinheiro Torres foi possível perceber que dentre as limitações da escola uma delas é a escassez de profissionais com formação para desenvolver as atividades com esses alunos. Tendo somente a professora do AEE, para atender toda a demanda da escola e do município.

Dessa forma, é inviável traçar um planejamento quando se conta com um número mínimo de profissionais com formação para dar suporte especial aos indivíduos que necessitam. Um profissional para atender todo o município, é praticamente impossível, quando que na verdade esses alunos necessitam de acompanhamento diário em sala de aula, e em grande parte das atividades curriculares.

A formação profissional tem sido um fator limitante para a inclusão, levando em consideração a existência de apenas um profissional para atender as demandas, e que não está presente todos os dias na referida escola. Então, ficamos à mercê de como pensar um planejamento efetivo nessas condições.

A sala do AEE, (figuras 04 e 05) conta com poucos recursos didáticos para desenvolver atividades com os alunos, para se desenvolver uma educação de qualidade

necessita que a escola disponha de recursos. E assim podem-se desenvolver variações metodológicas visando alcançar todos os indivíduos.

Figura 4– Sala do AEE



Fonte: CARMO,2023.

Figura 5 – Painel Libras



Fonte: CARMO, 2023.

A sala do AEE dispõe desse banner do sistema braile, ilustrando o alfabeto e números de 0 a 9, conta também com outro banner com o painel de libras com o alfabeto e os números do 0 ao 9. Em termos de recursos para se trabalhar com os alunos ainda são muito escassos. Tendo em vista atender todas as necessidades que surgem em uma sala de aula, a escola deveria dispor de maior variedade de recursos para garantir uma educação de qualidade, pois dessa forma,

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; [...] V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, LDBEN, art. 59, p.40).

Mas, na atual realidade escolar, o ensino de geografia tem que enfrentado muitos desafios e limitações. É nessa perspectiva que nos faz refletir sobre o sistema de ensino brasileiro, pois tem deixado várias lacunas. Muitas escolas não dispõem de boa estrutura como também não oferecerem condições de acesso e permanência para todos, porém é obrigação do sistema de ensino, e do Estado garantir tudo isso enquanto órgãos mantenedores destas instituições.

Portanto, cabe a eles aplicarem mais recursos financeiros para que as instituições de ensino possam melhorar suas estruturas físicas. Como também cabem a eles desenvolver programas mais efetivos de capacitação para os profissionais que já atuam, bem como sugerir mudança dos projetos políticos pedagógicos de universidades, para que esses profissionais ao saírem tenham formação para o desenvolvimento de atividades com alunos inclusivos.

Em ambas as imagens (figuras 06 e 07) vemos que tentou-se fazer adaptações estruturais nesta escola, porém não houve a manutenção necessária para manter o que já tinha sido feito. Em uma das rampas não existem mais as barras de apoio, a outra está um pouco comprometida, dificultando a locomoção de possíveis alunos cadeirantes.

Figura 6 – Rampa de acesso portão 01.



Fonte: CARMO, 2023

Figura 7 – Rampa de acesso a parte interna escola.



Fonte: CARMO, 2023

Diante do exposto, vemos o descaso dos órgãos competentes, não só com esta mas, também com outras instituições, é um fato evidente e recorrente. Diante dessas imagens como podemos pensar em educação inclusiva, se torna contraditório, nossa constituição assegura o direito que todos temos a educação, ao mesmo tempo que coloca como dever do estado fornecer educação de qualidade para todos independentemente de quaisquer circunstâncias.

Nessas duas imagens (Figuras 08 e 09) podemos perceber que nem todas as salas possuem acessibilidades para alunos cadeirantes. O que chama mais atenção nessa primeira foto é a existência de uma rampa e uma barra para facilitar o acesso à calçada, porém não existe rampa de acesso à sala de aula.

Figura 8 – Pátio interno



Fonte: CARMO, 2023

Figura 9 – Sala de aula vista externa

Fonte: CARMO, 2023

Diante dessas imagens, vemos que a estrutura da escola necessita de melhorias, pois, nem todas as salas podem receber alunos com dificuldade de locomoção ou cadeirantes. Tudo isso pode acontecer pelo motivo da ausência momentânea de alunos com essa deficiência, porém, mais cedo ou mais tarde a escola precise atender esse tipo de limitação. Portanto, contar com estrutura para isso ajudaria na inserção desses indivíduos e conseqüentemente na sua inclusão no ambiente escolar.

Parando um pouco para refletir, se por acaso hoje uma dessas salas tivessem que receber um aluno cadeirante, a dificuldade que ele ia ter que enfrentar para ter acesso seria enorme. Sem contar que necessitaria de ajuda, e a escola não conta com acompanhante. Diante deste cenário, levantamos alguns questionamentos, pois a EI se fundamenta no acesso, permanência e inclusão do indivíduo, contudo em muitos casos nem sempre as escolas oferecem todos esses quesitos. Parando para refletir nos perguntamos de quem é a culpa destas incoerências. Na verdade, como é o caso da referida escola, ela é uma instituição que é provida em maior parte pelo Estado, assim cabendo a ele buscar ampliar os recursos para melhoria na estrutura física da escola.

Como foi mencionado nesta pesquisa, uma das limitações que o ensino de geografia na perspectiva da EI era justamente a falta de estrutura nas escolas. Oferecer condições igualitárias para todos já contribui e muito para o andamento do processo. Diante disso,

observa-se que o ensino de geografia tem grandes desafios e limitações a ser superadas. Portanto, o que se ver até aqui não se trata de um caso isolado, mas um fato que acontece em muitas instituições por todo território nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de educação inclusiva tem se estendido ao longo do tempo, e desde sempre buscou sua afirmação, embora fosse uma luta árdua travada pelos defensores, do direito à educação da pessoa deficiente. Em meados da década de 1980 esse movimento ganha destaque, os dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, declaração de Salamanca, LDBEN e os PCNs, que passam a dar amparo em termos de legislação.

Tudo isso representou uma grande conquista para os indivíduos que necessitavam da educação inclusiva, nesse momento começa a surgir toda essa parte legal sugerindo uma escola para todos. E incumbindo ao Estado o dever de viabilizar condições de acesso e permanência bem como educação de qualidade para todos, apesar de quaisquer circunstâncias.

Foi possível observar ao longo deste trabalho, que em termo de legislação a EI foi muito bem amparada, porém quando se trata da teoria para a práxis, ficou evidente que existem algumas lacunas deixadas pelo sistema de ensino brasileiro. Ao passar do tempo vemos que vem aumentando expressivamente o número de alunos com necessidades especiais, então é necessário viabilizar mais recursos para atender essa demanda.

As instituições em sua grande parte necessitam melhorias com relação as suas estruturas arquitetônicas, tendo em vista acolher os alunos que necessitem de espaços adaptados à sua limitação ou deficiência. Dando assim a oportunidade de acessibilidade as dependências das escolas. Para isto, são necessárias algumas medidas e investimento, porém na realidade escolar nem sempre acontece.

São necessários muitos esforços para avançar mais na proposta de inclusão, começando por melhorias nas instituições, fornecendo equipamentos, recursos didáticos e formação aos profissionais. Como também cabem aos profissionais investir na formação continuada, estando sempre disposto a aprender mais, tendo em vista estar aptos para os desafios que a heterogeneidade que uma sala de aula possui.

Na realidade do sistema educacional brasileiro, e principalmente nos últimos quatro anos ficaram evidentes que nada de mais concreto poderia acontecer, tendo em vista que os recursos para a educação neste país foram reduzidos ano após ano. Nessas condições podemos

observar que as instituições de ensino neste país passaram por um desmonte, encontrando dificuldade de funcionamento, já que os recursos para as despesas e manutenção foram reduzidos.

Diante disso, são muitos desafios encontrados quando se fala em educação inclusiva, tendo em vista que são necessários investimentos para adequação e ampliação da estrutura das instituições para garantir o acesso a todos. Incluir indivíduos não se presume em inserir alunos com deficiência em uma sala de aula regular, a isso dá-se o nome de inserção. Incluir remete a dar condições a esse aluno para que ele também seja participativo e atuante no processo de ensino e aprendizagem.

Através dos objetivos definidos para esta pesquisa foi possível compreender que o ensino de geografia na perspectiva inclusiva tem enfrentado grandes limitações, tendo em vista que é necessário investimento em estrutura, formação, projeto político pedagógico voltado para a EI. E foi possível perceber que na maioria das vezes não se encontra todos esses fatores atuando de forma conjunta.

Com esta pesquisa compreendemos as dificuldades com relação a fazer uma educação inclusiva quando a escola não tem estrutura mínima para atender esses alunos. E as dificuldades relacionadas a fim de oferecer uma educação para todos quando não temos um projeto político pedagógico voltado para as demandas especiais das salas de aula, ou seja, ofertar um ensino inclusivo sem formação e recursos didáticos, sendo que os dois possibilitam que os professores realizem uma grande variedade de metodologias para atender a heterogeneidades encontradas em sala de aula.

Diante do que vem sendo posto, ao longo desse trabalho podemos observar que em muitos casos falta muitas coisas para melhorar, pois estas condições nos levam a refletir se a educação tem sido um direito de todos. Todas as necessidades dos alunos têm sido supridas. Diante do que vemos até aqui é necessário maior comprometimento dos órgãos competentes.

Grande parte das instituições necessita adequar sua estrutura, melhorando a acessibilidade, elas também necessitam dispor de recursos didáticos e profissionais com formação para saber como conduzir o processo de ensino e aprendizagem apesar das circunstâncias adversas. Também é necessário um planejamento nos projetos políticos pedagógicos das instituições voltado para inclusão de todos os indivíduos.

Ver a educação inclusiva na teoria, com todo amparo da legislação é um bom sinal, mas, porém vê-la saindo do papel e se materializando nas instituições, e vários alunos sendo beneficiados por uma educação de qualidade e equivalente a sua condição física, mental e

social, com certeza será muito gratificante. Por isto, se faz necessário destacar a importância do desenvolvimento de novas pesquisas relacionada a esta temática.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, David de Abreu. **A geografia escolar e a educação inclusiva na escola estadual Dom José Coelho, município de Cajazeiras - PB.** Cajazeiras, 2014.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. **NOTA/ MANIFESTO: A Que Geografia Recorrem os Grupos Sociais Excluídos? E Por Que A Escola Não Lhes Escuta?** Rio De Janeiro, Gira Mundo, V. 7, N. 14, 2020. P. 07 – 11.

ALMEIDA, Rosângela Doin. **A Propósito da Questão Teórica Metodológica Sobre O Ensino de Geografia.** Rio Claro, UNESP, 2015.

AB’SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994.

DIVISÃO Regional do Brasil. IBGE.gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisaoregional/15778.divisoes-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 20, Abril 2023.

EDUCAÇÃO Inclusiva – Apresentação. Portal MEC, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-inclusiva>. Acesso em: 20, maio 2023.

FEITOR, Antônio Francisco. **Projeto político pedagógico, Escola Jose Gustavo Pinheiro Torres.** Umari, Secretaria Municipal de Educação, 2020.

HISTÓRIA de Umari. Umari.ce.gov.br, 2023. Disponível em: <https://www.umari.ce.gov.br/index.php>. Acesso em: 18, Abril 2023.

HISTÓRIA Umari Ceará – CE. Cidades. ibge.gov.br. 2023 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/umari/historico>. Acesso em: 18, Abril 2023.

INCLUSÃO Escolar e Infraestrutura Física de Escolas de Ensino Fundamental. Scielo.br, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Mn6nQZYbCQwFgRv9L3XGHzk>. Acesso em: 24, maio 2023.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa. **As Temáticas Físico-Naturais Como Conteúdo de Ensino da Geografia Escolar**. São Paulo: Ed. Papirus, 2011.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão educacional: Desafios e perspectivas**. Curitiba, UFPR, 2004. P. 185-202.

NOGUEIRA, Ruth Emília. **Geografia e inclusão escolar, Teoria e práticas**. Florianópolis, 2016.

NOZU, Cesar Shoiti. SIEMS, Maria Edith Romano. KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Políticas e práticas em educação especial e inclusão**. Curitiba, Íthala, 2021.

PAULON, Simone Mainieri. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. PINHO, Gerson Smiech. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PROGRAMA Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Portal MEC, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24, maio 2023.

SAMPAIO, V. S.; SAMPAIO, A. V. O. ALMEIDA, E. S. **O ensino de Geografia na perspectiva da Educação Inclusiva**. Vitória da Conquista, V. 4, n.3, 2020, p. 210-226.

TRADE, Philippe Perrenoud. RAMOS, Patrícia Chittone. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre, Artmed, 2000.